

28.06.2017 – 11h30

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Delegação de membros da Comissão Permanente da Assembleia Provincial de Guangdong, China.

Identificados na [página da Comissão](#).

Recebidos por: Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha (PS), Deputada Nilza de Sena (PSD) e Deputada Maria Augusta Santos (PS).

Assunto: Troca de informação sobre várias matérias da educação, particularmente a nível de ensino profissional.

Exposição: O Presidente da Comissão deu as boas vindas aos elementos da delegação, apresentou as Deputadas portuguesas e referiu que a Comissão de Educação e Ciência tem competência a nível de processos legislativos e de fiscalização do Governo, no âmbito da educação e ciência, que abrange 2 Ministérios, tratando-se de matéria em evolução permanente. Pediu depois infirmação sobre o ensino profissional e vocacional na China.

O Presidente da delegação apresentou os membros da mesma e informou que a visita se realiza a convite do Grupo de Amizade Portugal-China. Indicou depois que a educação vocacional combina estudo e trabalho, havendo estudantes que depois do ensino secundário ou antes deste, vão para o ensino profissional, que é mais técnico e virado para a entrada no mercado de trabalho.

Interveio depois a Deputada Nilza de Sena (PSD), informando que Portugal tem cada vez mais escolas com língua e cultura chinesa e a amizade Portugal-China é antiga. Referiu depois que o ensino vocacional e profissional foi muito implementado no anterior Governo e essa opção teve reflexo na baixa da taxa de abandono escolar. Saliu que há cada vez mais alunos com interesses específicos, fora do ensino regular e se antes o ensino profissional era visto como um ensino de 2.^a, assim como o ensino superior politécnico, têm vindo a desmistificar essa ideia. Atualmente há cursos novos, mais profissionalizantes, após o secundário, no ensino superior politécnico, que têm tido muita procura.

Os elementos de delegação chinesa perguntaram depois quem aposta na educação profissional, se é o Governo ou as entidades privadas.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) indicou que o ensino profissional é uma aposta muito grande, pretendendo-se que 50% dos alunos do ensino secundário possam estar no mesmo. Informou depois que o ensino profissional permite uma dupla certificação, profissional e para acesso ao ensino superior, universitário ou politécnico é lecionado por escolas públicas (financiadas pelo Estado) ou privadas (com o apoio do estado e das empresas) e impõe estágios, a realizar nas empresas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Esclareceu também que a rede de escolas e cursos é estabelecida pelo Ministério da Educação, num diálogo com as autarquias e as escolas, para avaliar a necessidade dos cursos.

Quem dá formação nas escolas públicas são professores públicos e técnicos especializados. As empresas cooperam com as escolas e vão sugerindo a abertura de determinados cursos, para responderem às necessidades do momento. Deu ainda como exemplo a empresa de pneus Continental Mabor (que tem uma filial na China), que tem uma parceria com a escola profissional FORAVE, em que a Continental ministra os estágios profissionais a alunos dos cursos profissionais da sua área de atividade.

O Presidente da Comissão perguntou à delegação chinesa o que acontece quando o curso e a área respetiva perdem importância para a sociedade, tendo a mesma respondido que o ensino profissional está mais ligado ao mercado de trabalho e tem uma parte teórica e outra prática e a primeira pode permitir o redireccionamento para outro setor, estando a mudança também dependente das capacidades do aluno.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) informou que em Portugal a parte teórica do curso é ministrada na escola e a prática na empresa, tendo sido questionado como acontece na China.

A delegação chinesa informou que há uma combinação com cerca de metade do curso na escola e a parte restante na empresa. Questionou depois se para a atribuição dos certificados é exigida apenas a frequência das aulas ou se há exames.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) informou que a avaliação tem em conta a assiduidade e componentes teóricas e práticas e inclui ainda uma prova de aptidão profissional, em que o aluno demonstra que sabe o que foi ensinado e as empresas que dão o estágio também contribuem para a avaliação.

A delegação chinesa perguntou ainda quem emite os certificados, tendo a Deputada Maria Augusta Santos informado que os diplomas são emitidos pelas escolas, de acordo com as regras estabelecidas pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e levando em conta as regras europeias para a certificação. Esclareceu também que os cursos profissionais têm de ser reconhecidos pelo Governo.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão na internet](#).

Palácio de São Bento, 28 de junho de 2017

A assessora

Teresa Fernandes